

Formação de leitores, cultura popular e contexto brasileiro¹

Ricardo Azevedo²

Formar leitores no Brasil é certamente um tremendo desafio. Há o preço dos livros; a falta de bibliotecas; casas sem iluminação ou ambientes adequados para a leitura; o contato de crianças com adultos – pais, professores e outros – que recomendam a leitura, citam livros e autores “clássicos” mas, na verdade, não são leitores nem se interessam pela literatura e, pior, por não terem experiência, costumam descrever a literatura de forma bastante idealizada – algo como uma “viagem mágica” –, raramente lembrando de comentar que a leitura exige esforço e que o chamado prazer da leitura é uma construção que pressupõe treino, capacitação e acumulação. Pretendo, porém, levantar outro aspecto da multifacetada questão “formar leitores”.

Antes, alguns números: de acordo com os dados e estimativas disponíveis, é possível supor que por volta de 75% da população – ou cerca de 120 milhões de brasileiros – são incapazes de utilizar a leitura e a escrita em benefício próprio. Refiro-me a ler livros, jornais, revistas, bulas de remédio, manuais e contratos.

São informações chocantes tanto do ponto de vista de uma ética social quanto de uma vida em sociedade minimamente equilibrada. Ao mesmo tempo, demonstram que levar em conta a “cultura popular” ou a “mentalidade popular” pode ser muito importante para a compreensão do contexto brasileiro.

Mas o que se entende por popular? Vamos chamar de povo “a classe operária de baixo poder aquisitivo; os pobres dos grandes centros e o homem do campo. Como inferência dessa falta de poder aquisitivo, a cultura do grupo se baseia na oralidade ou numa incipiente escolarização, o que impede a equiparação com o saber sistemático, erudito, da classe dominante” (cf. Núbia Gomes e Edimilson Pereira em *Mundo encantado – Significação da cultura popular*. Belo Horizonte, Mazza, 1992).

Com tudo isso, quero dizer que nosso país é profundamente impregnado por uma fragmentada, assistemática, informal e heterodoxa, embora vivíssima e influente,

¹ Publicado no Jornal da USP, Ano XXI, nº 749, de 16 a 22 de Janeiro de 2006 e na revista “Leitura em Revista” nº 10, 11 e 12. Associação Internacional de Leitura, Editora Unijuí, Ijuí, RS, 2007. ISSN 1519-8073.

² Ricardo Azevedo é escritor e ilustrador, pesquisador na área da cultura popular e doutor em Letras pela FFLCH/USP.

cultura popular. Paradoxalmente, quando crianças filhas de pais analfabetos – ou mesmo quando adultos analfabetos – matriculam-se na escola, vêm-se imediatamente obrigadas a enfrentar o discurso da cultura oficial, o referido “saber sistemático, erudito, da classe dominante”, marcado, como sabemos, pelo individualismo, pela secularização, pelo pensamento abstrato, crítico e analítico, pela informação e pela objetividade. Segundo tal discurso, só assim a “realidade” e a própria “verdade” seriam acessíveis. Fora disso, é o que se infere, tudo seria atraso, ignorância, incompetência e subdesenvolvimento, que precisariam ser debelados o quanto antes.

Em outras palavras, toda uma mentalidade, uma cultura e uma tradição popular e oral são desprezadas, embora estejam altamente disseminadas em todos os segmentos da sociedade.

Se para os alunos das classes médias e altas, filhos e netos de pessoas alfabetizadas, o discurso da escola parece fazer sentido, para os alunos oriundos da tradição oral – a grande maioria da população brasileira – ele apresenta um caráter autoritário, preconceituoso, discriminatório e excludente. Diante dele as pessoas vêm-se colocadas numa espécie de limbo: de um lado, são levadas a desprezar tudo que são, seus pais, seus avós, suas tradições, crenças, costumes e estilo de vida, afinal seus parentes não sabem ler nem escrever e desconhecem a gramática, as ciências, a matemática, a História etc.; de outro, sentem dificuldade em se familiarizar ou se identificar com a “verdade” escolar construída a partir de outros paradigmas e padrões éticos.

Por incrível que pareça, apesar de tão desprezada, a cultura popular talvez sempre tenha sido a fonte mais consistente e original das artes brasileiras. Basta citar Mário de Andrade, Raul Bopp, João Guimarães Rosa, Manoel de Barros, Ariano Suassuna, José Cândido de Carvalho, Ernesto Nazareth, Heitor Villa-Lobos, Camargo Guarnieri, Heckel Tavares, Radamés Gnattali, Ary Barroso, Antonio Carlos Jobim, Baden Powell, Egberto Gismonti, Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Antônio Nóbrega, Tarsila do Amaral, Volpi, Portinari, Aldemir Martins, Helio Oiticica, Siron Franco e tantos outros artistas cultos que construíram e têm construído parte considerável de suas obras a partir de concepções e procedimentos populares.

Além disso, faz parte do modelo popular um precioso conjunto de formas literárias: contos de encantamento, quadras, ditados, lendas, casos, adivinhas, anedotas, frases feitas, parlendas, trava-línguas, entre outras. Essa produção cultural tem sido recolhida por antropólogos, sociólogos, psicólogos e folcloristas e constitui um acervo bastante extenso e relativamente acessível. Ela representa uma relevante coleção de enredos, procedimentos com as palavras e concepções que precisaria ser melhor compreendida e valorizada.

Uma imagem como “dar nó em pingo d’água” seria assinada, tenho certeza, por qualquer poeta “culto”. Ditados como “quem senta na garupa não pega na rédea”; “quem quer pegar passarinho não faz xô”; “quando o rico mata o pobre, o defunto é que vai preso” ou “quem não sabe nadar bota a culpa no rio” constituem uma inegável amostra da mais pragmática sabedoria humana criada, não através de pesquisas em laboratórios e academias, mas sim a partir da experiência de vida concreta acumulada e mantida através da oralidade e das formas literárias populares.

Creio que se o que se deseja é realmente formar leitores no Brasil seria o caso de conhecer melhor e explorar sistematicamente esse imenso acervo no processo educacional, principalmente no caso de pessoas originárias ou vinculadas de alguma forma à tradição oral.

Ao entrar em contato com um conto de encantamento, uma quadra, um trava-língua ou um dito popular, o estudante talvez abra a boca espantado e pense: “Peraí! Mas meus pais conhecem isso! Isso eu já ouvi! Isso faz sentido pra mim!”. Hoje, essa mesma criança costuma ser levada a envergonhar-se de si mesma e de seus próprios pais, que desconhecem tudo o que a escola ensina.

Com a incorporação e valorização programática da cultura popular na escola é possível imaginar – ou pelo menos sonhar – que certo aluno volte para casa, conte o que aprendeu na escola e, no dia seguinte, traga novo material contado pelo pai ou algum parente. Através da criação de uma espécie de ponte entre o modelo culto e o popular, a chamada escolarização pode ganhar novo significado propiciando aos alunos maior sintonia, identificação e grande sentimento de inclusão. Seu pressuposto é o reconhecimento de que estão em jogo diferentes padrões de leitura do mundo e não apenas um.

Acho possível que minhas palavras possam ser interpretadas como uma idealização da cultura do povo. É indiscutível que as concepções populares estão

repletas de pré-conceitos rígidos e noções gerais equivocadas. Tento apenas ressaltar: 1) que a cultura popular brasileira representa um processo vivo, contemporâneo, de grande influência, e precisa ser melhor compreendida; 2) que visões pré-concebidas ou preconceituosas não ocorrem exclusivamente no âmbito da cultura tradicional e 3) que certos aspectos do modelo de consciência popular – por se desenvolverem no plano da vida concreta, afetiva, relacional e situada – podem enriquecer, e muito, o pensamento oficial e escolarizado. Trata-se portanto de enxergar o viés positivo dos conceitos de tradição e de cultura popular.

Dizia Montaigne (1533-1592), em seus *Ensaaios*, que “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”. Dito de outra forma, tudo o que não esteja previsto ou que entre em contradição com nosso modelo de visão de mundo corre o risco de ser ignorado, rechaçado e desqualificado.

Se é correta a premissa de que as manifestações populares são oriundas de um modelo de consciência construído socialmente e baseado na cultura oral, na valorização das hierarquias, da religiosidade, da vida coletiva e do senso comum, diferente, portanto, do padrão hegemônico criado a partir da escrita, da valorização do individualismo, do pensamento abstrato e teórico, da secularização, da informação e da objetividade, fica mais fácil compreender por que o modelo popular, em que pese sua grande importância, complexidade e influência, continua sendo tão desprezado.

Tal desprezo certamente tem sido um extraordinário obstáculo tanto para a formação de leitores como para a construção de uma sociedade brasileira mais justa, coerente e humana.